

PROJETO CURSO PRÉ-VESTIBULAR INDÍGENA À DISTÂNCIA

Luiz Carlos Santos de Oliveira

(lucasaol@hotmail.com)

Roberta Michelline Porfírio Alves da Costa

(robertamichelline@gmail.com)

Marta Ferreira da Silva Severo

(marta_ff10@hotmail.com)

Nícia Celcy Brito Tavares

(nictha19@gmail.com)

José Nascimento de França

(jnfranca_@hotmail.com)

Faculdade de Serviço Social (Universidade Federal de Alagoas)

Introdução

O Brasil começa a fazer parte do chamado mundo ocidental e cristão em 1500 e esse processo envolve três aspectos que se articulam entre si, sendo eles: a colonização, a educação e a catequese.

Segundo Bobbio *et. al.* (1998), “colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial”. No Brasil e na América Latina, o processo “colonizador” foi alicerçado, sobretudo, pela perseguição e eliminação cruéis de enormes contingentes dos povos originários do nosso Continente, efetivadas pelos invasores portugueses e espanhóis. Esse processo de aprisionamento, perseguição e extermínio dos povos indígenas brasileiros contribuiu para que essas etnias se evadissem para o interior do país e negasse sua cultura e, especialmente, sua religião, processo que só começou ser revertido no final da década de 70, com o fortalecimento dos movimentos sociais que resultou em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil.

A educação, segundo Saviani (2007), é “um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos

[...] A educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo,

isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonizado (p. 27).

Já catequese, ainda segundo Saviani (2007), “é entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores” (p. 29).

Antes da chegada dos colonizadores ao Brasil, a sociedade indígena detinham características de comunidades primitivas, como as descritas por Ponce (2001): “pequenas coletividades, unidas por laços de sangue, cujos membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que viviam sobre a base da propriedade comum da terra” (p. 17). Essas características vão sendo eliminadas ao longo dos anos, devido ao processo de colonização, educação e religiosidade imposto pelos colonizadores portugueses.

A problemática do acesso as diversas instâncias da educação brasileira está ligada ao seu processo de colonização e não pode ser dissociada da relação existente no período colonial entre o Estado e a educação, desenvolvida pelos colonizadores e os padres jesuítas. A escritora Aranha (1996) esclarece que:

As primeiras escolas reúnem os filhos dos índios e dos colonos, mas a tendência da educação jesuítica é separar os ‘catequizados’ e os ‘instruídos’. A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com o filho dos colonos, porém, a educação tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever. (p. 101)

Os colonizadores portugueses trazem consigo o modelo educacional da Europa do século XVI, culminando em uma ruptura na educação daqueles que já habitava as terras do Novo Mundo, ou seja, os índios. No Brasil os jesuítas se dedicarão a ensinar a moral, os costumes, a religiosidade européia e os métodos pedagógicos.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal (no ano de 1759) que pretendia implantar a educação a favor do Estado e não a serviço da fé, como estava acontecendo, é elaborada uma forma de educação voltada para interesses comerciais de Portugal, iniciando-se uma educação laica e pública para os filhos dos colonos.

Durante o período colonial a educação era um direito dos colonizadores, pois deveriam prosperar no território do Novo Mundo para levar qualidade comercial à Portugal, os negros e os índios não teriam direito e acesso à educação oferecida aos brancos.

Segundo Leonardi (1996) quando os índios rejeitavam trabalhar ou se revoltavam, contrariando o processo de escravidão imposto pelos colonizadores, eles eram arduamente perseguidos e reprimidos de tal forma que não podiam expressar a sua cultura. Desta forma, eles eram vistos como selvagens e bárbaros pelos colonizadores.

Diante de tal fato ocorrido ao longo da história da educação brasileira, percebe-se que a tradição e a cultura indígena foi massacrada pela cultura do “homem branco” que além de negar o valor da cultura indígena impôs uma nova ordem social aos mesmos de forma a implantar um sistema educacional excluindo a cultura indígena e obrigando-os a negar-se como índios. Segundo Freire (2004) *apud* Henriques et al. (2007):

Quando a escola foi implantada em área indígena, às línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaperdessem sua cultura e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. (pág. 23)

Atualmente, as escolas indígenas tem em seu currículo o ensino da língua matriz e o ensino de sua cultura. Mas, isso vem ocorrendo apenas nas escolas indígenas, que estão localizadas dentro das aldeias que, em sua grande maioria, detém apenas o ensino fundamental. Quando se trata do ensino médio, os índios têm de sair de suas aldeias adquirindo, a partir daí, um conhecimento desvinculado de sua realidade.

O processo de exclusão de índios à educação ainda persiste. Ao se avaliar os indivíduos que ingressam no ensino superior no país fica evidente que poucos ou em sua grande maioria nenhum desses indivíduos são índios. Isto está relacionado a diversos fatores, dentre os quais podemos citar as condições socioeconômicas, educacionais, motivacionais, além da falta de políticas públicas que incentivem e promovam o ingresso de jovens e adultos indígenas ao ensino superior.

Os fatos históricos comprovam a discriminação social, étnica, religiosa, de gênero e outras exercida pela sociedade burguesa e branca. Sendo assim, o Estado brasileiro tem o desafio de sanar com essas desigualdades, ainda, existentes. Pois, nos dias atuais os negros, índios e brancos pobres sofrem com injustiças e preconceitos que os excluem da sociedade contemporânea.

Acesso da população Indígena ao Ensino Superior

Como política de acesso ao ensino superior, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, implementou, desde 2003, a política de formação de professores indígenas em cursos de licenciaturas interculturais, habilitando-os para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Tal política vem auxiliando os indígenas a concluírem o Ensino Fundamental e, em alguns casos, o Ensino Médio, mas quando se trata do acesso ao Ensino Superior as políticas educacionais demonstram fragilidades.

O Estado, segundo a concepção de Marx, representa a dominação burguesa sobre o proletariado e este Estado estabelece e consolida as lutas de classes; sendo assim, para estimular o processo de mudança nas diferenças sociais deve ser desenvolvidas políticas como medidas especiais com o objetivo de sanar as desigualdades étnicas, religiosas, de gêneros, econômicas, dentre outras. As políticas devem garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização provocada pelos que detém o poder do capital ao longo da história do país. Segundo Casassus (2002), “uma política para a igualdade é uma política que procura igualar o acesso a educação e que busca a igualdade nos resultados” (p. 46).

As autoras Cavalcante e Moraes (2007) consideram que ainda estamos distante da criação de políticas públicas que garantam, de forma efetiva, não apenas o acesso, mas a permanência bem sucedida dos indígenas na universidade. Ainda, segundo as autoras,

[...]pensar a presença de estudantes indígenas em nossas instituições universitárias é enfrentar o desafio de mudar mentalidades, superar o histórico preconceito, velado ou aberto, para com os povos indígenas, transformar relações [...] que envolve diversos protagonismos, nos quais diálogos, conflitos e negociações tem de ser trabalhados [...] (p. 93-94).

Portanto, pensar no acesso e permanência de indígenas na universidade é defender projetos indígenas nas instituições de ensino superior. Pois como expõe Paredes (2007) não é novidade destacar a situação de pobreza, marginalização e discriminação por que passam os índios, tanto por parte do Estado, que não define políticas públicas que os beneficiem, enquanto cidadãos brasileiros, bem como pela sociedade em geral que os mira e os trata com desprezo, os ignora e em certos casos os utiliza como objetos exóticos e folclóricos.

Citando Paredes (2007) a reflexão sobre o acesso indígena ao ensino superior deve priorizar três aspectos:

[...] a inter-relação entre a educação superior e a educação básica dos índios; a possibilidade de construir uma educação superior indígena bilíngüe e com a participação comunitária, segundo as propostas e diretrizes da LDB para a educação indígena; por último, e a modo de conclusão, refletir sobre os desafios e possibilidades das Instituições de Ensino Superior frente à demanda de educação superior por parte dos povos indígenas[...] (p. 75)

Um grave problema que afeta, não só os grupos indígenas, mas a toda classe desfavorecida da sociedade, é a desvinculação dos níveis educacionais, ou seja, não há uma inter-relação entre esses níveis de ensino, o que há é um ensino desfragmentado não demonstrando as possibilidades futuras para a continuidade da formação.

O acesso dos povos indígenas ao ensino superior está garantido no Inciso “II” do Artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, em que é garantido o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias, através do Sistema de Ensino da União, com colaboração das agências federais de fomento à cultura e a assistência aos índios, como é o exemplo da FUNAI e FUNASA, no desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural.

Para que os indígenas possam ter acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos torna-se necessário uma inter-relação entre a educação básica e a educação superior; sendo que, a primeira tem de possibilitar o acesso e a segunda está preparada para a inclusão desse grupo diferenciado.

Desta forma, tendo consciência de sua realidade este povo, discriminado ao longo da história, passa a lutar pelo acesso ao conhecimento, pois a partir da educação, política, economia, entre outros, uma sociedade tem a possibilidade de desenvolver-se de forma justa, equânime e igualitária, ou seja, a transformação social torna-se possível através dos diversos fatores que constituem a formação e integração da sociedade. Lutar pelo acesso incondicional da educação é um processo que Freire (1997) chamava de “lutar pela restauração de sua humanidade” (p.31). Diante de tal luta, o autor expõe:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (p.31-32)

Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior

A universidade é compreendida como um mecanismo de ascensão social por parte daqueles que estão inseridos nela. Segundo Azevedo (1991) apud Volpi (1996) a universidade é “uma instituição intimamente vinculada à conservação de uma cultura de poucos” que efetivamente sempre se distancia da população que a faz existir, ou seja, a universidade encontra-se fechada sobre ela mesma não exercendo, na maioria dos casos, impacto direto sobre a sociedade.

Diante desta realidade, cabe aos indivíduos, que compõem essas Instituições, transpor os muros e incorporar a realidade cultural e social à fonte de conhecimento e princípio do saber acadêmico. Isto é, por o conhecimento produzido a serviço efetivo da sociedade.

De acordo com Mosquera (1990) apud Volpi (1996), a universidade deve cumprir com “duas funções precípuas: de crítica e participação, tomando como base o conhecimento da realidade social e produzindo conhecimentos que possam influir sobre os modelos sociais, econômicos, políticos e culturais” da sociedade. E, a partir daí, exercer sua função social e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Projeto Pré-Vestibular Indígena: uma proposta para possibilitar o acesso de índios ao Ensino Superior

Através de visitas realizadas por membros do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Movimentos Sociais, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, à aldeia do Povo Xokó, localizada em Porto da Folha-SE, foi constado a

partir de um levantamento familiar, que 70 jovens haviam concluído ou estavam em fase de conclusão do Ensino Médio. E, através de solicitação de ações para com a juventude, por parte do Povo Wassu-Cocal, localizado no Município de Joaquim Gome-AL, surgiu o Projeto Curso Pré-Vestibular Indígena à Distância.

Os jovens das duas tribos, que concluíram ou ainda estão cursando o nível médio, apresentaram interesse em participar do pré-vestibular indígena, proposto pelo Grupo de Pesquisa, a fim de ingressarem nas Universidades Federais de Alagoas e Sergipe. As dificuldades vivenciadas pelas tribos são inúmeras, dentre elas destacamos as condições sócio-econômicas, a distância existente entre as mesmas e as universidades citadas, além da falta de preparação dos jovens indígenas para prestarem o vestibular.

A formação acadêmica é muito importante para estes jovens, pois além de contribuir para desenvolvimento e fortalecimento das relações sociais da organização interna da tribo, ampliará a relação entre a universidade e as tribos indígenas, fortalecendo o intercâmbio entre o conhecimento acadêmico e o popular. Esta ação tem como fundamento a responsabilidade social, da universidade pública, em ampliar a relação entre si e os moradores de espaços populares, além de proporcionar a democratização do acesso ao ensino superior em cursos presenciais e a distância, para os índios da etnia Xokó e Wassu-Cocal.

O maior desafio encontrado na execução do projeto foi a distância, entre as tribos e a universidade, e a não existência de sinal de Internet nas tribos, o que impossibilita a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizado – AVA (tais como: Moodle, E-proinfo e outros). Sendo assim, adotou-se outras tecnologias de informação e comunicação como facilitadoras do processo ensino-aprendizagem.

Devido a distância e a impossibilidade da utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem, as aulas foram gravadas em mídias de DVD's e posteriormente enviadas para as aldeias. Foi proposto a formação de turmas para assistirem as aulas e foi escolhido 4 alunos entre eles para atuarem como monitores.

Para acompanhamento foi instituída 2 coordenações, sendo uma local, composta por membros da aldeia e professores da escola indígena e uma coordenação geral composta pelos membros do Grupo de Pesquisa.

As aulas foram gravadas em salas de aulas na própria Universidade em parceria com professores do Pré-Vestibular do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre as universidades e as comunidades populares. O conteúdo das aulas foram planejadas conforme o programa do Processo Seletivo Seriado – PSS, disponibilizado pela equipe do vestibular da UFAL.

Para esclarecimento de dúvidas foi elaborado um Formulário de Duvidas, em que os alunos expõem seus questionamentos e enviam para os professores responderem os mesmos em aulas gravadas. Além das mídias de DVD's contendo as aulas, os alunos receberam apostilas e contaram com equipamentos áudios-visuais, como: aparelhos de DVD e TV.

O acompanhamento foi realizado através de visitas mensais e ligações telefônicas às tribos. Durante algumas visitas mensais a aldeia, os alunos contaram com a presença de professores do Programa Conexões de Saberes que participaram das reuniões gerais e dos encontros com monitores e aluno. Ainda durante as visitas, foram desenvolvidas, ações motivadoras, tais como: reuniões avaliativas, vivências de dinâmicas de grupo, entre outras, tendo em vista uma melhor consecução dos objetivos do projeto.

Em 2010, o Grupo expande suas ações para atender a dois povos indígenas e um total aproximado de 150 índios, de forma a auxiliá-los na preparação para o vestibular no fim do ano em curso, seja na modalidade presencial ou a distância.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; ELIAS, Juliana Lopes. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas**. Maceió: EDUFAL. (Volume de 1 a 5)

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

CASASSUS, Juan. **A Escola e a Desigualdade**. Brasília: INEP, 2002.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; MORAES, Ana Alcídia de Araújo. **Povos Indígenas e Acesso ao Ensino Superior**. In: Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Edufal/18º EPENN, 2007. p.93 – 111.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HENRIQUES, Ricardo; GESTEIRA, Kleber; GRILLO, Susana; CHAMUSCA, Adelaide. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: SECAD/MEC, 2007. (Cadernos SECAD)

LEONARDI, Victor. **Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15/Editora UnB, 1996.

PAREDES, José Bolívar Burbano. **Possibilidades e Desafios da Universidade Brasileira Frente ao Acesso e Permanência dos Povos Indígenas no Ensino Superior**. In: Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Edufal/18º EPENN, 2007. p. 73-91.

PONCE, Anibal. **Educação e Luta de Classes**. 20ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHADEN, Egon. **Aculturação indígena : ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira:EDUSP, 1969.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

VOLPI, Marina Tazón. **A Universidade e sua Responsabilidade Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.